

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA^a VARA
..... DO FORO**

..... (nome completo),
(nacionalidade),(estado civil),(profissão) . portador da
cédula de identidade RG nº, inscrito no CPF/MF sob nº
....., residente e domiciliado à (endereço completo: rua
[av.], nº, complemento, bairro, cidade, CEP, UF.....), por
seu Advogado e bastante procurador que esta subscreve, com incluso
instrumento de mandato (doc.), vem, respeitosamente, à presença de Vossa
Excelência, com fulcro no artigo 15 da Lei nº 6.515/77 ajuizar a presente

**AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS COM PEDIDO DE TUTELA
ANTECIPADA**

em face de (nome completo), (nacionalidade),
..... (estado civil), (profissão), portadora da cédula de
identidade RG nº, inscrita no CPF/MF sob o nº, residente e
domiciliada à..... (endereço completo: rua [av.], nº, complemento
....., bairro, cidade, CEP, UF, pelos motivos de fato e de direito
que passa a expor:

I –

O Requerente e a Requerida contraíram núpcias em (dia, mês e ano), conforme faz prova a certidão lavrada no(nome do registro civil), sob nº, à fls., do Livro de Registro de casamentos (doc.) sob o regime da de bens.

II –

Dessa união nasceram (.....) filhos, hoje ainda menores, a saber:

-(nome completo), nascido em
(dia, mês e ano), hoje com (.....) anos de idade, (doc. ...)

- (qualificar os outros filhos).

III –

A união conjugal perdurou por (.....) anos, quando a harmonia e estabilidade entre o casal passou a ser abalada, especialmente nos últimos dois anos dessa união. (relatar os fatos que originaram a saída do pai do lar conjugal e o conseqüente impedimento de visitar os filhos).

A Requerida tenta por todos os meios abalar o lado sentimental dos filhos em relação ao pai, proibindo que os veja ou que tenha a companhia das crianças ou ao menos se falem por telefone.

Por ter sido sempre um pai dedicado, carinhoso e responsável pela família receia que quando puder ver e estar com os filhos, esses já tenham criado um sentimento de rejeição e desafeto em relação a sua pessoa, fatos que vêm sendo arraigado nas mentes inocentes dos infantes pela mãe. Com o desenvolvimento e crescimento das crianças essa rejeição poderá trazer conseqüências irreversíveis para as personalidades ainda em formação.

IV –

O afeto que o pai dedicou e dedicaria ao filho, que é a preservação e continuidade da família, está sendo afastado pela conduta áspera e insensível da mãe.

Mesmo vendo todas as suas tentativas serem frustradas pela progenitora o Requerente está inconformado em não poder exercer seu direito natural de pai.

Cresce em seu coração um sentimento de saudade e emerge o receio de que as crianças passem a apresentar uma atitude de rejeição pelo pai, o que pode acontecer em razão do afastamento entre eles.

Ressalta-se que o direito de visitas não está sendo exercido meramente por questão de capricho da mãe, que se encontra com a guarda dos filhos e tomando atitudes que obstam ao genitor quaisquer outras formas de acordo, que não seja por meio desse provimento jurisdicional a que vem se socorrer.

V –

Assim, busca do Judiciário a tutela antecipada pela razão emergencial que a medida comporta, para que o Requerente possa permanecer com as crianças nos seguintes termos:

A: (descrever a maneira que pretende a visitação dos filhos)

Do exposto, presentes os requisitos do artigo 273 *caput* do Código de Processo Civil que autoriza a tutela antecipada, requer, que, após a oitiva do Douto Representante do Ministério Público perante Vossa Excelência, seja autorizado o Requerente a visitar os filhos, concedendo-se a tutela antecipada e ao final seja julgada procedente a presente ação, com a **REGULARIZAÇÃO DE VISITAS.**

Requer ainda a citação da requerida, autorizando-se ao Sr. Oficial de Justiça a agir nos moldes do artigo 172, § 2º do Código de Processo Civil, para querendo, no prazo legal contestar a presente, sob pena de revelia.

Uma vez citada regularmente e concedida a tutela antecipada, a não liberação dos infantes, nos finais de semana em que o pai tem o direito de visitas, deverá a requerida incorrer nas sanções legais.

O Requerente pretende provar o alegado com os documentos anexos, além do depoimento pessoal da Requerida, bem como a produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente a oitiva de testemunhas que eventualmente serão arroladas , como também a expedição de ofícios e precatórias, exames periciais e outras provas que se fizerem necessárias.

Requer ainda lhe sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, de acordo com o artigo 4º da Lei nº 1.060/50, em virtude de ser pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração em anexo. (doc.).

Dá-se à presente o valor de R\$ (valor por extenso) para efeitos de alçada.

Termos em que,

Pede Deferimento.

....., de de
(local e data)

.....
Advogado (nome)
OAB/..... nº.....